

Um Olhar sobre a Amazônia

A Glance on the Amazonian

Por Antonio Carlos Teles da Silva

Mestre em Ciências Sociais (UFRN)

Doutorando em Ciências Sociais (UNICAMP)

ancatesi@yahoo.com.br

Resumo:

Este trabalho pretende ser a comparação entre dois olhares sobre a Amazônia: Euclides da Cunha e o poeta paraense João de Jesus Paes Loureiro, partindo do pressuposto de que a visão que se estabelece como hegemônica determina as ações e, no caso da Amazônia, determinou políticas públicas em relação à região. A visão de progresso e civilização de Euclides da Cunha preconiza principalmente as políticas governamentais implantadas nos últimos 40 anos na região. Defendo que no atual momento há a necessidade de rever essa visão única bem como de se estabelecer outros olhares complementares que definam a alteridade cultural e um futuro de preservação ecológica e cultural para a Amazônia.

Palavras-clave:

Amazônia. Literatura. Euclides da Cunha. João de Jesus Paes Loureiro.

Abstract:

This work intends to be a comparison among two glances on the Amazonian: Euclides da Cunha and the poet of Pará João de Jesus Paes Loureiro, starting from the presupposition that the vision which is settled down as hegemonic determines the actions and, in the case of the Amazonian, it has determined public policies in relation to the area. The vision of progress and civilization of Euclides da Cunha advocates mainly the government policies implanted in the last 40 years in the area. I defend that in the current moment there is the need to review this only vision as well as to establish other complementary glances which define the otherness culture and a future of ecological and cultural preservation for the Amazonian.

Keywords:

Amazonian. Literature. Euclides da Cunha. João de Jesus Paes Loureiro.

Introdução

Entre 1904 e 1905, Euclides da Cunha esteve na Amazônia numa expedição oficial demarcatória a serviço do governo, sob os auspícios do Barão do Rio Branco. Sua primeira visão da região foi Belém, onde manteve contato com Emílio Goeldi, pesquisador suíço que deu nome ao principal centro de pesquisas sobre a Amazônia. De Belém subiu o Amazonas até Manaus, onde organizou a expedição que subiria até as cabeceiras do Rio Purus, no Acre, na intenção de reconhecer e determinar os limites territoriais entre o Brasil e o

Peru. Tratava-se de uma comissão mista, composta também por uma comitiva oficial peruana. É fundamental ressaltar que a Amazônia vivia naquele momento o auge do período da extração da borracha, processo que havia produzido uma enorme migração de nordestinos para a Amazônia. Mesmo antes de sair de Manaus, Euclides já manifesta o desejo de escrever um livro sobre a região, ao qual chamaria *“Um paraíso perdido”*. Mesmo não tendo realizado o projeto, Euclides produziria muitos textos esparsos sobre a Amazônia, reunidos principalmente em duas publicações: *“Contrastes e Confrontos”* de 1907 e *“À*

Margem da História” de 1909. Nos seus escritos, sobressai o incisivo tom de denúncia social contra as condições de vida dos migrantes nordestinos nos seringais, produzidas pelo cruel sistema de aviação que submetia os migrantes à semi-escravidão solitária no interior da floresta, numa relação de endividamento impagável com o seringalista. Já em 1986, Leandro Tocantins reuniu vários textos de Euclides, publicado pelo governo do Acre sob o título *“Um Paraíso Perdido”*.

Talvez o aspecto mais conhecido e salientado nos escritos de Euclides da Cunha sobre a Amazônia seja sua indignação inconformada com a condição de vida dos migrantes nordestinos, aos quais considera como “expatriados dentro da Pátria”. Euclides tem consciência de que essa migração foi provocada pelo temor do governo da República com a possibilidade de convulsões sociais, como resultante da miséria, após a terrível seca de 1877 no Ceará.¹ Em um ambiente hostil e estranho ao seu, essa população migrante foi submetida a condições sub-humanas de trabalho e subsistência. Milhares morreram nos primeiros anos, devorados por feras da floresta, infectados por febres palustres, por desnutrição e, em muitos casos, por absoluta solidão e tristeza (banzo). A historiadora Isabel Cristina Guillen, escrevendo sobre Euclides, sintetiza essa condição:

O seringueiro é sobretudo um solitário, perdido no deserto da floresta, trabalhando para se escravizar. Cada dia num seringal correspondente a uma empreitada de Sísifo – partindo, chegando e novamente partindo pelas estradas no meio da mata, todos os dias, sempre, num “eterno giro de encarcerados numa prisão sem muros”.²

Ao avaliar o pensamento de Euclides da Cunha sobre a Amazônia, convém situá-lo em seu contexto próprio, dentro do conjunto de idéias correntes em seu tempo. Euclides é um homem de

seu tempo e de seu mundo, ao final do século XIX e início do século XX. Dessa forma, seu pensamento, incluindo seu estilo literário, é reflexo de todo um clima intelectual predominante na Europa e entre a própria elite intelectual brasileira. Portanto, qualquer avaliação de valor ou crítica que se possa fazer dirige-se a esse conjunto de determinações, e não propriamente ao escritor individualmente. Também não há aqui a pretensão de avaliar o pensamento de Euclides como um todo, mas nos limitamos a analisar tão somente os aspectos relacionados diretamente à Amazônia, tendo em vista suas possíveis relações com o que efetivamente se processou posteriormente na história da região, notadamente nas últimas 4 décadas.

Condicionamentos

A visão intelectualizada e ao mesmo tempo condicionada de Euclides da Cunha, em que pese todo seu idealismo e solidarismo social, é, acima de tudo, uma visão de fora. E é nessa condição que contribui para a construção de uma representação mítica sobre a Amazônia, para a qual ergueram-se adjetivos que exacerbaram o espanto ante a realidade: “Página ainda não escrita do Gênesis”, “Hiléia”, “Inferno verde”, aos quais se juntam posteriormente outros qualificativos carregados de pesada carga ideológica ou mesmo geopolítica como “Inferno vermelho”, “Pulmão do mundo”, etc., reforçando o caráter de estranhamento sobre o ambiente e o ser humano da região. Porém, tanto para nordestinos como para os caboclos de origem mais antiga na própria região, tais termos descritivos não significam absolutamente nada.

A grande limitação dessa perspectiva é a incapacidade de olhar a região a partir do ser humano que tradicionalmente nela vive, particularmente do caboclo ribeirinho. Euclides fala **sobre**, mas não consegue colocar-se **no lugar de**, não conseguindo dessa forma ser **a voz de**, ou seja, olhar de fato a partir do ser humano amazônida, emigrado ou não. Mesmo solidário, Euclides não

¹ GUILLEN, Isabel Cristina Martins. **Euclides da Cunha, para se pensar a Amazônia**. Disponível em: <http://www.comciencia.br/reportagens/amazonia/ama_z9.htm>. Acesso em: 12 mai. 2008. p. 1.

² GUILLEN, 2008, p. 3.

deixa de ser um estranho, o que fica patentado nos relatos da expedição demarcatória, e principalmente nas fotos que o mostram sempre de terno, às vezes branco, com chapéu e rede de filó, em plena floresta. O imediato de Euclides é o migrante nordestino, submetido à desumanidade do sistema, que, de certa forma, também é alguém recém-chegado. Esse não colocar-se **no lugar de** impede que se perceba um dos mais importantes dados sobre essas populações: o extraordinário processo adaptativo, que implica, ao mesmo tempo, em resistência e convívio simbiótico. A não consideração desse processo é invisibilizadora de uma riqueza única, escondendo o fato que esse povo é portador de uma história e de uma cultura próprias, infelizmente não percebida, muito menos reconhecida por Euclides, o que está explícito no título de um de seus artigos sobre a região, “Terra sem História”.

O reforço dessa concepção de uma Amazônia mítica, não inserida na história e na cultura, coloca-a numa classificação de fronteira, num espaço fora do mundo “civilizado”, um espaço a ser desbravado, conquistado e incorporado, semelhante a outras regiões do planeta que passaram pelo mesmo processo como a África ou Oeste Americano. Dessa forma, em Euclides, reforça-se a conotação de saga heróica à empreitada de quem ousa aventurar-se pela região. Logo, quem se atreve a “descobrir” e conquistar a Amazônia reveste-se automaticamente do heroísmo aventureiro, do espírito do “bwana”, como diria Lúcio Flávio Pinto,³ o que lhe inspira pretensões de direitos e recompensas, com direitos ilimitados de exploração e aos “troféus” pela conquista. Essa índole heróica-desbravadora se expressa já durante a espera da partida em Manaus, como descreve Leandro Tocantins, usando expressões do próprio Euclides: “Impacienta-se na ‘Meca tumultuária de seringueiros’, quer ir logo ao seu ‘deserto bravio e salvador’, quer ‘dominar as cabeceiras do rio suntuoso, exausto nos primeiro boléus dos Andes

ondulados”.⁴ É nessa condição que Euclides descreve sua própria atuação na Amazônia, como um heróico desbravador em sua saga: “Quando nos vamos pelos sertões em fora, num reconhecimento penoso, verificamos, encantados, que só podemos caminhar na terra como sonhadores iluminados”.⁵ No mesmo espírito engrandecedor, Leandro Tocantins reconhece e descreve o ânimo aventureiro patriótico-nacionalista da expedição, qualificando os casos de superação como ousadias cinematográficas:

Que extraordinária pintura de cena! Mais que pintura, uma cena cinematográfica perfeita, um filme com planos bem articulados, uma movimentação, um ritmo, sensíveis à divisão desse decorrer de tempo, fixados em todos os detalhes. [...] A descrição de Euclides enquadra-se na melhor e na mais atual técnica cinematográfica. Um diretor de epopéias, tipo John Ford, por exemplo, gostaria de ter filmado esta cena.⁶

Infelizmente foi esse o espírito que presidiu a ocupação da Amazônia desde o século XVI, de forma muito explícita durante a política de integração nacional dos governos militares, e de forma menos explícita, mais sutil e muito mais sofisticada a partir dos anos 80.

Conseqüência dessa mentalidade de invasão e ocupação de fronteiras é a imposição de valores ditos civilizados, não apenas da concepção hegemônica de progresso, mas principalmente de normativas essencialmente pragmáticas, de cunho operacional. Torna-se assim, aceitável que, na região de fronteira, o valor econômico da incorporação legitime normativas circunstanciais. Numa terra ainda “não civilizada”, portanto “de exceção”, a lei pode ser adaptada às circunstâncias, ou mesmo que seja a do mais forte. Isso se torna explícito nas situações de conflito agrário, na exploração de trabalho escravo e em tantas outras situações cotidianas.

³ PINTO, Lúcio Flávio. A Amazônia que mudou, quatro décadas depois. *Jornal Pessoal*, 2. quinzena dez. 2006.

⁴ TOCANTINS, Leandro. Introdução. In: CUNHA, Euclides da. **Um paraíso perdido**: reunião de ensaios amazônicos. Petrópolis, Vozes, 1976. p. xxv.

⁵ TOCANTINS, 1976, p. xii.

⁶ TOCANTINS, 1976, p. xxiv.

Como pensador inserido no clima intelectual de seu tempo, Euclides não teria como analisar a realidade amazônica sob um outro ponto de vista, a não ser sob a lógica positivista. O historicismo enumerador de fatos em detalhes minuciosos, classificando e qualificando elementos de forma exaustiva, e o olhar intérprete do exótico são características sempre presentes em suas páginas. O excesso de hipérboles e superlativos exacerba a eloquência, exaltando o próprio escritor, muitas vezes acima do que descreve.

[...] os que demandavam a partir de Belém, sempre ao arripio das águas do Amazonas, do Madeira e do Guaporé, numa travessia de mais de setecentas léguas, iam apostados à luta formidável com os baques das catadupas, com o acochar das itaipavas, com a monotonia inalterável das varações remoradas, com o choque das correntes e os torvelinhos dos paraus. Venceram-nos; e o planalto dos parecis, os quadrantes, teve, em pleno contraste com esse caráter físico expressivo *divortium aquarum*, de onde irradiam caudais para todos os quadrantes, teve, em pleno contraste com esse caráter físico dispersivo, uma função histórica unificadora, que só será bem compreendida quando o espírito nacional tiver robustez bastante para escrever a epopéia maravilhosa das monções.⁷

Também como característica da visão positivista em Euclides, está a exaltação dos grandes personagens, sempre acompanhados de adjetivações monumentosas, ignorando, muitas vezes os interesses e o papel político mais amplo que desempenharam na história da região. Como exemplo, está o elogio ao Marquês de Pombal: “O grande ministro, a que devemos o ter desfechado o golpe de misericórdia num feudalismo tacanho e anulado, na política colonial, o dualismo pernicioso pela preponderância exagerada das capitânicas meridionais [...]”.⁸ Da mesma forma está presente a exaltação a outros personagens da história amazônica: “[...] outro insigne governador, o Capitão-General Furtado de Mendonça [...] aquele

extraordinário Frei João de São José – seráfico voltairiano que tinha no estilo os lampejos da pena de Antonio Vieira [...]”.⁹ “Para lá os mais veneráveis bispos, os mais garbosos capitães-generais, os mais lúcidos cientistas”.¹⁰ A grande insuficiência dessa visão parcializada da história, que privilegia a descrição detalhada de acontecimentos em si e a exaltação dos grandes personagens, está em sua incompetência em perceber a história como processos em seus múltiplos determinantes.

Outro importante condicionamento a ser levado em conta na visão euclidiana da Amazônia é os pressupostos raciológicos que dominaram as ciências sociais no Brasil no início do século XX, mesmo quando esses pressupostos já se encontravam decadentes na Europa. Apontando para a questão da identidade nacional, Silvio Romero, Nina Rodrigues e Euclides da Cunha são precursores de um discurso paradigmático enquanto discurso científico, como superação do pensamento romântico. Três correntes principais norteavam este posicionamento: o positivismo de Comte, o darwinismo social e o evolucionismo de Spencer, como teorias sobre a evolução histórica dos povos. Há uma conotação política por justificar a expansão mundial do capitalismo, legitimando ideologicamente o pensamento ocidental. Desse ponto de vista, o país se encontrava num estado inferior de evolução.

Como explicação para o atraso brasileiro, a *intelligentsia* nacional encontra argumentos em duas noções centrais: o meio e a raça. As características raciais como indolência, apatia ao trabalho, insegurança intelectual, imprevidência, desequilíbrio moral, etc., estariam ligadas de forma determinista às condições do meio ambiente. Meio e raça tornam-se elementos especificamente explicativos para nossa realidade, imprescindíveis na construção da identidade brasileira, com a noção de povo se identificando à problemática étnica, daí a necessidade de um processo evolutivo de

⁷ CUNHA, Euclides da. **Um paraíso perdido**: reunião de ensaios amazônicos. Petrópolis, Vozes, 1976. p. 15-16.

⁸ CUNHA, 1976, p. 21.

⁹ CUNHA, 1976, p. 34. Possivelmente o governador Mendonça Furtado.

¹⁰ CUNHA, 1976, p. 33.

“branqueamento” na construção de um Estado Nacional. Na mesma exaltação ao Frei João de São José, Euclides concorda com seu diagnóstico sobre a condição não civilizada dos tapuios amazônicos:

[...] assentando que a raiz dos vícios da terra é a preguiça, resumiu os traços característicos dos habitantes desse modo desalentador: - “lascívia, bebedice e furto” [...] porque a sociedade indisciplinada passa adiante das vistas surpreendidas do sábio – *drinking, gambling and lying* – bebendo, dançando, zombando – na mesma dolorosíssima inconsciência da vida.

Assim, essa indiferença pecaminosa dos atributos superiores, esse sistemático renunciar de escrúpulos e esse coração leve para o erro são seculares e surgem de um doloroso tirocínio histórico, que vem da “Casa do Paricá”, à “barraca dos seringueiros”. Compulsai os nosso velhos cronistas, com especialidade o imaginoso Padre João Daniel, e avaliareis o travamento de motivos físicos e morais que há muito, ali, entibiam os caracteres. E lede Tenreiro Aranha, José Veríssimo, dezenas de outros. Nestes livros se espalham fracionadas todas as cenas de um dos maiores dramas da impiedade na história. Depois há o incoercível da fatalidade física, aquela natureza soberana e brutal, em pleno expandir das suas energias, é uma adversária do homem. No perpétuo banho de vapor, de que nos fala Bates, compreende-se sem dúvida a vida vegetativa sem riscos e folgada, mas não a delicada vibração do espírito na dinâmica das idéias, nem a tensão superior da vontade nos atos que se alheiem dos impulsos meramente egoístico.¹¹

São óbvias as concepções raciológicas de Euclides, que atribui aos caboclos uma clara inferioridade física, mental e emocional. Esse racismo implícito vai além de atribuir as fraquezas da raça à determinação do meio natural, mas aponta para uma fraqueza natural inerente:

Não exagero. Um médico italiano – belíssimo talento – o Dr. Luigi Buscalione, que por ali andou há pouco tempo, caracterizou as duas primeiras fases da influência climática – sobre o forasteiro – a princípio sob a forma de uma superexcitação das funções psíquicas e

sensuais, acompanhada depois, de um lento enfraquecer-se de todas as faculdades, a começar pelas mais nobres [...]

Mas nesse apelar para o clássico conceito de influência climática esqueceu-lhe, como a tantos outros, o influxo porventura secundários, mas apreciável, da própria inconstância da base física onde se agita a sociedade.

A volubilidade do rio contagia o homem. [...]

A adaptação exercita-se pelo nomadismo.

Daí, em grande parte, a paralisia completa das gentes que ali vagam, há três séculos, numa agitação tumultuária e estéril.¹²

Homem x natureza

Um outro pressuposto na visão de Euclides sobre a Amazônia é a concepção de oposição inerente entre o homem e o meio. A natureza, primitiva e brutal, assume o papel de empecilho ao avanço livre da civilização e do progresso. Leandro Tocantins reafirma essa percepção quando escreve “A Amazônia, tão longe Brasil, desconhecido na aspereza de um meio que o homem amansava em rasgos de audácia”.¹³ E é o próprio Euclides quem descreve seu sentimento íntimo ao defrontar-se com a Amazônia real:

E impressão dominante que tive, e talvez correspondente a uma verdade positiva é esta: o homem ali, é ainda um intruso impertinente. Chegou sem ser esperado nem querido – quando a natureza ainda estava arrumando o seu mais vasto e luxuoso salão. E encontrou uma opulenta desordem.¹⁴

Talvez este pressuposto explique o estado psicológico ou pré-condicionamento que Euclides revela, ainda no início da expedição: “Ao defrontarmos o Amazonas real, vemo-lo inferior à imagem subjetiva há longo tempo prefigurada [...] é de todo inferior a um número de outros lugares no nosso país”.¹⁵ Trata-se aqui da típica visão comparativa, que olha a natureza como uma fera a ser domada, ou como uma mulher arredia a ser conquistada e deflorada, mesmo que à força. Esta

¹² CUNHA, 1976 p. 35.

¹³ TOCANTINS, 1976, p. xii.

¹⁴ CUNHA, 1976, p. 25-26.

¹⁵ CUNHA, 1976, p. 25.

¹¹ CUNHA, 1976, p. 34.

concepção de embate com a natureza está presente quando descreve a presença dos migrantes na região: “Então, o imigrante ‘não a cultiva, aformoseando-a: doma-a. Os cearenses, os paraibanos, os sertanejos nortistas, em geral, ali estacionam, cumprindo, sem o saberem, uma das maiores empresas destes tempos. Estão *amansando*¹⁶ o deserto”.¹⁷ É importante notar aqui, que especialmente nas décadas de 60 e 70, na implantação dos grandes latifúndios, muitas vezes grilados, usou-se a mesma terminologia na estratégia de utilizar jagunços para “limpar” a área, ou “amansar” a terra.

Cabe aqui uma observação importante: os termos comparativos utilizados por Euclides só são cabíveis a partir desse pressuposto de conquista e dominação da natureza. “[...] é de todo em todo inferior a um sem número de outros lugares do nosso país [...] toda a Amazônia, sob este aspecto, não vale o segmento do litoral que vai de Cabo Frio à ponta do Munduba”.¹⁸ Fora desta perspectiva euclidiana, esses termos comparativos são anacrônicos, já que a observação artística depende fundamentalmente da subjetividade individual, ou mesmo do estado emocional do momento. Sob este aspecto, a Amazônia é absolutamente singular, jamais inferior ou superior, tão somente diferente.

Natureza e civilização

Também é importante no pensamento euclidiano, o binômio natureza/civilização. “[...] a idéia de que a região e seus habitantes podem ser representados como um *anfiteatro* da história, da civilização, da nacionalidade, que se abrigava potencialmente no deserto, no sertão”.¹⁹ Neste sentido, é importante perceber a reavaliação feita por Euclides ante o primeiro contato com a Amazônia real: “[...] uma página inédita e contemporânea do *Gênesis*. Compreendi o ingênuo anelo de Cristovão da Cunha: o grande rio deve

nascer no Paraíso. [...] E vi a gestação de um mundo”.²⁰ Porém, ao chegar a Manaus e determinar-se a escrever um livro sobre a Amazônia, o título já definido denuncia que o Paraíso que tanto desejava encontrar já se encontrava irremediavelmente perdido; a pureza original já tinha sido corrompida, já se tratava de *Um Paraíso Perdido*. Aqui dois pensamentos se confundem: incompletude e corrupção, como aspectos descritivos opostos da natureza amazônica.

Euclides parte da concepção hegemônica de civilização; é um homem de seu tempo e não poderia ser diferente. Sua avaliação sobre a realidade amazônica é feita a partir do comparativo com essa visão ocidental de progresso e civilização. Desse modo, trata-se acima de tudo de uma “não civilização”, que cativa seu idealismo e defesa, exigindo que solução interventora por parte de quem é civilizado e sabe. Para Euclides, essa é a única redenção possível, o verdadeiro “progresso”. Dessa forma, Euclides anela as intervenções federais “civilizadoras” transformadoras da realidade.

Ao contrário de suas expectativas idealistas iniciais, o contado mais profundo com a realidade amazônica, provoca uma reavaliação na maneira como passou a retratar o que presenciava. Euclides viu o “Paraíso”, porém perdido, atrasado e doente, onde ainda não haviam chegado os benefícios da civilização e do progresso, mas tão-somente a saga predatória dos exploradores. Daí o caráter justiceiro de seus escritos. “Uma sociedade defeituosa e cruel, que Euclides analisa dramaticamente, como fervor de pena vingadora e reivindicante”.²¹ Em sua visão, trata-se de uma terra incompleta, onde tudo ainda está por ser feito, por sua carência de conhecimento e ciência. “Tem tudo e falta-lhe tudo, porque lhe falta esse encadeamento de fenômenos desdobrados num ritmo vigoroso, de onde ressaltam, nítidas, as verdades da arte e da

¹⁶ Grifo meu

¹⁷ TOCANTINS, 1976, p. xviii.

¹⁸ CUNHA, 1976, p. 25.

¹⁹ GUILLEN, 2008, p. 1.

²⁰ CUNHA, 1976, p. 4.

²¹ TOCANTINS, 1976, p. xii.

ciência – e que é como que a grande lógica inconsciente das cousas”.²²

Um dos seus maiores impactos íntimos, Euclides revela quando descreve a existência de uma ilha, onde a decadência social e humana fora incorporada ao seu próprio nome: Ilha da Consciência:

À entrada de Manaus existe a belíssima ilha de Marapatá – e essa ilha tem uma função alarmante. É o mais original dos lazaretos – um lazareto de almas! Ali, dizem, o recém-vindo deixa a consciência... Meça-se o alcance desse prodígio da fantasia popular. A ilha que existe fronteira à boa do Purus perdeu o antigo nome geográfico e chama-se “Ilha da Consciência”; e o mesmo acontece a uma outra, semelhante na foz do Juruá. É uma preocupação: o homem, ao penetrar as duas portas que levam ao paraíso diabólico dos seringais, abdica as melhores qualidades nativas e fulmina-se a si próprio, a rir, com aquela ironia formidável.²³

Em outra obra, *Entre os Seringais*, evidencia-se essa forte denúncia social a partir dessa percepção explicitamente pessimista da sociedade que se constituiu na Amazônia. “Euclides compara-as à ‘imagem monstruosa e expressiva da sociedade torturada que moureja naquelas paragens’ [...] A imagem do ‘polvo desmesurado, contorcido em seus tentáculos’, para situar a geografia das barracas perdidas na floresta, estranhamente presas às diabólicas ventosas de cefalópode, é estranhamente escultural e expressionista”.²⁴ É nesse tom de indignação que descreve as condições de vida do ser humano migrado, que se insere no meio estranho e hostil.

Viu o imigrante chegando ao Acre desassistido, material e espiritualmente, segundo ele, carregando “no próprio estado emotivo a receptividade de todas as moléstias”. Ao chegar ao Purus ou ao Juruá “todos os desalentos se lhe agravam. A terra é, naturalmente, desgraciosa e triste, porque é nova” [...] Diante daquela paisagem

descomunal, o imigrante “sente-se deslocado no espaço e no tempo; não já foram da pátria, senão arredio da cultura humana, extraviado num recanto da floresta e num desvão obscurecido da história”.²⁵

Essa visão desalentadora, descrevendo a Amazônia como essencialmente sofredora, produz em Euclides uma original conclusão relacionada à cultura; a de que as expressões culturais do povo amazônico cumpriam a missão de expiação da dor, através de comemorações festivas pitorescas.

Euclides imagina o estado d’alma do seringueiro: “Não teve missas solenes, nem procissões luxuosas, nem lavapés tocantes, nem prédicas comovidas. Toda a Semana Santa correu-lhe na mesmice torturante daquela existência imóvel feita de idênticos dias de penúria, de meios-jejuns permanentes, de tristeza e de pesares, que lhe parece uma interminável Sexta-Feira da Paixão, a estirar-se angustiosamente, indefinida, pelo ano afora.” O seringueiro “vinga-se, ruidosamente, dos dias tristes”. E também se expia das próprias ambições que o levaram àquele desterro.²⁶

É diante do quadro social e humano desalentador contemplado que Euclides preconiza soluções redentoras, como a possibilidades de transformação daquela realidade. A concepção ocidental de civilização, com seu pressuposto fundamental de controle e vitória sobre a natureza. E é dessa perspectiva que critica a forma como as comunidades se organizam na ocupação da terra, em sua preferência por habitar as margens dos rios, herança dos antigos habitantes indígenas. “Viu-se então, de par com as primitivas condições tão favoráveis, este reverso; o homem, em vez de senhorear a terra, escraviza-se ao rio”.²⁷ Assim, atribuía essa dependência ao rio, como razão da não expansão e imobilidade. Sua sugestão explícita é a de uma “ligação transversa de seus vales”²⁸ através de uma estrada. “Então a Transacrea moderna, de caráter quase local, feita para combater uma disposição hidrográfica, se

²² CUNHA, 1976, p. 26

²³ CUNHA, 1976, p. 35

²⁴ TOCANTINS, 1976, p. xxii – xxiii.

²⁵ TOCANTINS, 1976, p. xviii.

²⁶ TOCANTINS, 1976, p. xix.

²⁷ TOCANTINS, 1976, p. xx.

²⁸ TOCANTINS, 1976, p. xx.

transformará em estrada de extraordinários destinos”.²⁹ Por isso, a BR-364 devia chamar-se Rodovia Euclides da Cunha”.³⁰

Sem o prever, Euclides na verdade preconiza de forma otimista e ingênua um dos maiores desastres amazônicos em termos de desagregação cultural e ecológica. A título de integração nacional, não somente a “Transacreana”, como as demais rodovias abertas na floresta Amazônica, longe de ser fator de progresso e desenvolvimento, transformaram-se nas veias por onde, não apenas se esvaem as riquezas naturais, mas igualmente por onde se intensifica a migração predatória e solapadora dos modos tradicionais de sobrevivência. Infelizmente, apesar de toda sua sensibilidade humana e social, Euclides não percebeu a riqueza de possibilidades e autossustentabilidade das tradicionais comunidades ribeirinhas.

Não seria inadequado, neste momento, um exercício imaginativo, trazendo Euclides da Cunha para revisitar a Amazônia depois de um século. Parece não haver nenhuma dúvida quanto a sua capacidade de indignação ante a desumanização do ser humano, seja ele índio, tapuio, nordestino ou caboclo. Mas nos perguntamos: que novos tons descritivos ganharia sua denúncia social? O que mais Euclides acrescentaria a sua descrição do seringueiro que “trabalha para escravizar-se”, por exemplo? Nesse raciocínio, convém ir mais longe: profundo conhecedor dos mecanismos de funcionamento da sociedade, como se posicionaria ante a invasão da modernidade na região amazônica, com suas bandeiras de racionalidade e progresso?

Esses condicionamentos na visão euclidiana sobre a Amazônia, mesmo que de forma involuntária, tornam-no um dos precursores de concepções que orientaram a ocupação Amazônica, sob os signos da modernidade. Pode-se afirmar que, de certa forma, os governos militares pós-64

foram herdeiros dessa visão de ocupação do território. Neste sentido, determinaram políticas como o projeto de integração nacional, que privilegiou a abertura das grandes rodovias, buscando tornar a região economicamente viável. Aqui, como em Euclides, repete-se a esperança redentora do processo civilizatório. Dessa forma, é necessário salientar que a condição de penúria social que Euclides confronta na Amazônia, na verdade já é produto da forma como a modernidade se instala na região, marcadamente a partir de 1870, como o início do ciclo da borracha em exigência às demandas do mercado internacional em pleno *boom* da indústria automobilística. O que produz o sofrimento humano, desde já, não é uma condição inerente da submissão do homem amazônico à ditadura da natureza, mas uma construção histórico-econômica em função da exploração mercantilista e do maior lucro possível com o mercado da borracha. Associada a essa concepção de integração está a preocupação já presente em Euclides, com a segurança e a soberania nacional. A própria expedição que chefia já é parte da política do Barão do Rio Branco de preocupação com o tamponamento da fronteiras, por onde poderia escoar a soberania nacional sobre a Amazônia.

Essa ação geopolítica esmagadora só se torna possível devido a uma outra concepção presente fortemente nos escritos de Euclides: a visão da Amazônia como um deserto, no caso, verde. O uso insistente dessa concepção reforça a tese do vazio demográfico, que é um pano de fundo fundamental pra as ações governamentais nos projetos migratórios. A questão central óbvia é a incompetência dos governos na resolução de problemas agrários em outras partes do país e o temor das tensões sociais produzidas. As secas no Nordeste, principalmente no Ceará, no final do século XIX, posteriormente as tensões pela terra no Sul, tornaram conveniente e operacional o jargão “homens sem terra para uma terra sem homens”. A Amazônia jamais foi um deserto humano. Sob as copas das árvores centenárias havia uma população

²⁹ *Apud* TOCANTINS, 1976, p. xx.

³⁰ TOCANTINS, 1976, p. xx.

adaptada, com história e culturas próprias, e um modo peculiar de perceber e se relacionar com a floresta e com o mundo. Euclides não percebeu nem muito menos compreendeu esse *ethos* cultural caboclo, amazônico e ribeirinho. Somente presenciou o esfacelamento desse modo de vida e dessa identidade ante a invasão da civilização.

O pioneirismo da visão de Euclides da Cunha deve, sem dúvida, ser entendido como um avanço em relação ao seu próprio momento intelectual, daí sua literatura não poder jamais ser desconsiderada. Porém, há de ser ressaltado seu caráter provisório, a ser complementado e em grande parte substituída por abordagens firmadas sobre uma antropologia inserida e participativa, que perceba o ser humano caboclo amazônico em sua individualidade e modos de ser próprios, que leve em consideração suas múltiplas relações e sua existência simbiótica com o meio, e, principalmente, como portador de uma história e de uma cultura peculiar únicas.

A Amazônia como poética do imaginário

Reconhecendo os limites óbvios da visão euclidiana da Amazônia, bem como as relações dessa visão com as políticas oficiais aplicadas na região, propomos um outro olhar, que se aproxime daquilo que busca o poeta João de Jesus Paes Loureiro:

A partir de um ângulo de abordagem que tenha como resultante, ponto vélico impulsionador, a sua estética dominante. Uma estética entendida como função essencial ao homem, vetor de identidade numa sociedade dispersa, fortalecedora dos entrelaçamentos da comunidade. Análise da qual, postulando o rigor crítico de uma visão científica, se reconheça “a causalidade decorrente complexa indivíduo-sociedade assim como as causalidades entre o sociológico, o político, o econômico, o demográfico, o psicológico, etc”, e que possa ter como componente de aproximação

intuitiva e compreensiva a emoção que essa cultura desperta.³¹

Num certo sentido, isso significa substituir o olhar a partir de fora por um mergulho no mais íntimo da realidade, da vida e da cultura que resulta do convívio simbiótico entre esse homem amazônico e a natureza exuberante. Isso envolve a reflexão em torno da questão sobre a determinação que a natureza exerce sobre o cultural. Um olhar inserido e a partir das entranhas dessa cultura se faz necessário, pressupondo obrigatoriamente o experimentar antes de analisar e traduzir, como propõe Paes Loureiro:

Nada está totalmente organizado em compêndios de cultura amazônica. É preciso errar pelos rios, tatear no escuro das noites da floresta, procurar os vestígios e os sinais perdidos pela várzea, vagar pelas ruas das cidades ribeirinhas, enfim, procurar, na vertigem de um momento que se evapora em banalidades, a rara experiência do numinoso. Experimentar o frêmito de um caminhar errante que vai descobrindo com decoro a irrupção perene da fonte da beleza. (...) Um mundo no qual as significações não desapareçam e antes que a indústria do consumo se apodere inteiramente dos homens, transformando-os em coisas. Enfim, numa vida cultural em que o “ainda” é uma palavra chave seja de pesar, seja de esperança.³²

Olhar a cultura amazônica por este ângulo implica perceber e sentir a estética nutrida pelo devaneio como fator fecundante, o que significa também, necessariamente, deixar-se enredar pela emoção estética e reconhecer o encantamento produzido por essa função poética como fator epistemológico fundamental. “A circunstância cabocla de ‘ver maravilha nas coisas’, que é o modo ribeirinho de conviver e ‘estranhar’ a sua realidade cotidiana, transfigurada tantas vezes pelo devaneio”.³³

³¹ PAES LOUREIRO, João de Jesus. *Cultura Amazônica: uma poética do imaginário*. São Paulo: Escrituras, 2001. p. 21.

³² PAES LOUREIRO, 2001, p. 25.

³³ PAES LOUREIRO, 2001, p. 26-27.

É fundamental, contudo, estabelecer que a priorização da função poética na compreensão da cultura amazônica não ocorre num *limbus* alijado das condições reais cotidianas, dos fatores sociopolíticos ou dos traumas concretos que historicamente recaem sobre a população cabocla ribeirinha. Neste sentido, trata-se de uma cultura resistente, que insiste em preservar seus nexos fundamentais de significação ante as “cumulativas incursões desenvolvimentistas, tantas vezes expropriatórias e desestruturadoras de sua sociedade...”,³⁴ num ininterrupto atentado à permanência e preservação de seu *ethos*, seja na imposição da mentalidade de consumo e competição, seja no seu correlato de destruição do meio ambiente. É nessa perspectiva que a cultura amazônica, especialmente literária e musical, apresenta algumas gerações de pensadores e artistas, a maioria de origem cabocla, que pensam a Amazônia a partir do mais íntimo de suas interações e significados, desde a geração de poetas modernistas como Bruno de Menezes e Jaques Flores na década de 1930, Rui Barata e Paulo Alirio Abreu na década de 1940, Max Martins, Mário Faustino e Caubi Cruz, na década de 1950, entre tantos outros.

É dessa visão/postura em relação à Amazônia e seu povo que brota um intenso debate político/estético. Nessa ressonância, a partir do mais profundo da alma amazônica, emerge o sentimento libertário, de toda uma geração, cujas letras engajam-se num projeto emancipatório. É desse modo que a cosmovisão do caboclo ribeirinho, incluindo suas lendas e mitos, engaja-se numa expressão que, ao mesmo tempo em que prima pela beleza estética evocada pela exuberância da natureza, expressa também as dores concretas e os anseios por libertação sociopolítica. O imaginário e a arte tornam-se ao mesmo tempo, forma de encantamento e conhecimento sobre a Amazônia. É dentro desta perspectiva que se impõe a necessidade de se olhar a Amazônia a partir dos que a compreendem com intimidade e

compreendem a si mesmos como parte dela. A função poética se realiza também como reveladora ao mundo de uma realidade invisibilizada, tendo em conta que sua redescoberta é fator primordial para sua própria preservação e sobrevivência. Há um Brasil quase desconhecido e uma Amazônia insondável nas páginas de Dalcídio Jurandir. Na magia das palavras, desnuda-se o sofrimento e a resistência de um dos povos do “novo mundo”, sendo dessa forma, assim como em Neruda e em Euclides, uma denúncia, uma pena vingadora.

Esse teatro de luta e resistência no qual o caboclo ribeirinho vive seu drama, como principal ator, é também palco no qual as raízes mais humanas do ser humano amazônico se desvelam numa luta incansável por não se deixar reduzir ao “não-ser civilizado”, mas persiste por ser reconhecido em sua alteridade e seu modo peculiar de ser. Nisso consiste e persiste uma sacralidade do natural, que lentamente se esvai no transcurso da história.

[...] leva-se em conta uma cultura presente na atualidade regional, num momento em que os homens ainda não se separam da natureza, em que perdura ainda uma harmonia, mesmo entrelaçada de perigos, e se vive em um mundo que ainda não foi dessacralizado; em que o coração vive ardoroso do espírito e no qual brota ainda aquele leite e mel das sagradas origens. Em que os mistérios da vida se expõem com naturalidade, o numinoso acompanha as experiências do cotidiano e os homens são eles ainda e ainda não os outros de si mesmos. Um tempo ainda jungido ao sagrado e que resiste forte e fragilmente a se tornar profano. Ao mesmo tempo, uma cultura que tende a ficar despedaçada no ar dessa história de cobiças da riqueza da terra, agravada nas últimas décadas, de conflitos resultantes do extermínio ou dizimação de tribos, morte por encomenda, poluição dos rios, assassinatos de cidades, voracidade do consumismo e de grandes florestas irremediavelmente queimadas.³⁵

Essa enorme diferenciação na percepção e nos sentimentos em relação à natureza amazônica fica

³⁴ PAES LOUREIRO, 2001, p. 28.

³⁵ PAES LOUREIRO, 2001, p. 27-28.

explícita na maneira oposta como é compreendido e traduzido um mesmo fenômeno. Convém aqui, estabelecer um contraste: o caudal poético que o correr do grande rio, por exemplo, desperta nos poetas caboclos da terra. Em Euclides se vê tão-somente pelas lentes do realismo/naturalismo, que só percebe o geológico, o topográfico, o geopolítico. Sua contemplação da força descomunal das grandes águas, de forma alguma prevê vida ou nutrição do solo, mas somente o desbarrancamento ameaçador das margens, “ao passo que no Amazonas, o contrário. O que nele se destaca é a função destruidora, exclusiva. O enorme caudal está destruindo a terra”.³⁶ Desse ponto de vista, sua conclusão é óbvia, submissa à mentalidade exacerbadamente mecanicista: as milhares de toneladas de sedimentos transportados ininterruptamente fogem constantemente do território brasileiro, passando a constituir a extensão do cabo Orange, e, indo mais longe, passando a constituir também o litoral da Geórgia e das Carolinas, na América do Norte. De certa forma, contrariando aquilo que lhe é atribuído como um de seus principais méritos: a incorporação simbólica da Amazônia à nacionalidade brasileira.

Porque, na realidade, esta se constitui mui longe das nossas plagas. Neste ponto, o rio, que sobre todos desafia o nosso lirismo patriótico, é o menos brasileiro dos rios. É um estranho adversário entregue dia e noite à faina de solapar a sua própria terra. [...] A terra abandona o homem. Vai em busca de outras latitudes. [...] A terra sem pátria.³⁷

Em Euclides há um forte inconformismo em relação à “rebeldia” da natureza, por esta não se deixar dominar e muito menos se deixar esquadrihar dentro do enquadramento exigido pela visão científica em voga. A natureza em constantes transformações, numa constante alteração da paisagem:

Os mesmos rios ainda não se firmaram nos leitos; parecem tatear uma situação de equilíbrio, derivando, divagantes, em meandros instáveis, contorcidos em *sacados*, cujos istmos a revezes se rompem e se soldam numa desesperadora formação de ilhas e de lagos de seis meses, e até criando formas topográficas novas em que estes dois aspectos se confundem; ou expandindo-se em *furos* que se anostomosam, reticulados e de todo incharacterísticos, sem que se saiba se tudo aquilo é bem uma bacia fluvial ou um mar profusamente retalhado de estreitos. Depois de uma única enchente se desmancham os trabalhos de um hidrógrafo.³⁸

Na visão poética, assim como no convívio cotidiano do caboclo ribeirinho com o rio, o destino dos sedimentos geológicos ou as definições topográficas do trabalho das águas são detalhes absolutamente desprezíveis. O rio continua sendo o que sempre foi, definido pela cosmovisão indígena herdada dos ancestrais e incrustada indelevelmente na subjetividade de quem convive diariamente com seu caudal: o seu **teco-há**,³⁹ como o determinante da visão do todo, motivo da vida e da morte, força descomunal e irresistível que transforma ininterruptamente a paisagem, reconfigura as terras, suas margens, bem o ritmo de vida de seus habitantes. O fluxo mágico e irresistível que envolve a existência no interminável mistério dos mitos e lendas, conferindo sentido para muito além da mera observação. A cosmovisão cabocla se expressa nessa cultura rica do fantasioso/maravilhoso, conferindo sentido explicativo aos fenômenos.

Perseguindo uma visão amazônica do mundo, a nova poética tira partido da mesma ambigüidade do mito *Porantin*, transportando-o, com a chancela do fluxo mágico do rio, à

³⁶ CUNHA, 1976, p. 29.

³⁷ CUNHA, 1976, p. 30-31.

³⁸ CUNHA, 1976, p. 26.

³⁹ A cosmologia guaranítica define o *teco-há* como o espaço vital da vida guaranítica, onde exclusivamente pode ser experimentado o *ñiderêcô*, ou o estilo de vida guaranítico. Numa perspectiva comparativa, costumamos dizer que vemos uma aldeia cercada de floresta. Para o índio, o que vê é uma floresta com uma aldeia dentro. Cosmovisão possivelmente oriunda desde a Amazônia. BARCELOS, A. H. F. **Espaço e arqueologia nas Missões Jesuíticas: o caso de São João Batista**. Porto Alegre: EDPUCRS, 2000.

corrente do tempo, “gapuiagem do eterno” [...] e a intemporal no céu da lenda, que é um sempre recomeço do paraíso.⁴⁰

Outro flagrante contraste que carece ser observado entre a visão euclidiana da Amazônia e a visão a partir da imersão no universo caboclo diz respeito à concepção moderna de progresso e desenvolvimento. Euclides atesta que à Amazônia “falta iluminação das artes e da ciência”, e ainda, que a imaturidade geológica da terra produz uma angustiante instabilidade, ou seja, que a natureza, assim como a ignorância do homem impõem-se como grandes empecilhos ao desenvolvimento e ao progresso, carecendo assim de uma ação incisiva da modernização, através das luzes da ciência, portadora da civilização.

Essa concepção de progresso revela ainda o otimismo científico do momento pré-grande guerra, no qual a ciência, vista como sinônimo de bem estar e felicidade da espécie humana, expectativa colocada em xeque após a grande guerra dos 31 anos.⁴¹ É o avesso dessa concepção moderna de progresso que expressa a poesia cabocla de Paes Loureiro, em sua incisiva perseguição de uma visão amazônica do mundo, inspirado fortemente pela investida antropofágica da primeira geração modernista, dialogando com “Cobra Norato” de Raul Bopp. A “história numinosa e triste da Cobra Norato ou pesadelo amazônico”. Trata-se de uma Nova Poética de compromisso e ao mesmo tempo de denúncia da ambigüidade: “Já fora, antes do advento do civilizado intruso e do estrangeiro, um bem paradisíaco, agora repartido, num sincretismo etnográfico, entre mitos nativos e mitos clássicos, entre prometeus e arcanjos, Uirapurus, Uiaras, nesse outro tempo Porantim...”⁴²

O compromisso político, mesmo metamorfoseado, permanece, assim como

permanece a denúncia contra o “Monstrengo metamorfo” da mais-valia, o Pesadelo Amazônico,⁴³ com a palavra poética mais do que nunca se fazendo resistência. O que destrói a Amazônia não é a força incontornável de sua natureza primitiva, inacabada e indomável. O lamento pela destruição se expressa num neo-indianismo nativista: são as garras e dentes do capital que consomem a natureza e os homens, desagregando as populações primitivas e erodindo suas culturas. “Assombra os mitos em debandada, no movimento de *deslenda*, que segue pari passu, no secularizado caminho do rio, a bastardia de um ominoso progresso, destrutivo que envilece cidades, Abaetetuba, Óbidos, Santarém e Belém...”⁴⁴

Porém, Euclides está ainda mais distante do inerente erotismo amazônico. A monotonia da paisagem, inquietante e perturbadora de sua alma, não se coaduna em nenhum momento com a paixão e o desejo. Somente o convívio simbiótico permite perceber a força avassaladora do desejo caboclo amazônico, que na poética também se faz resistência aos modelos importados de religiosidade e moral. O Erotismo corre extenso e caudaloso como o próprio rio-mar. Corrente de linguagem poética erotizada, pleno de ideal de luta política e paixão.

A paisagem, “coxas abertas ao mar” vai deslizando/ entre lábios de ondas e lendas da selva,/ amargo mel” (Porantim, Ritual de iniciação). “Jocasta aberta em mar/ hímens e ilhas” (Idem, Cântico IV), “O sexo enredado de serpentes, arcanjos abrasados, / em busca da memória incinerada” (Idem, Cântico IV), No silêncio pélvico das águas / a estrela d’alva / clitóris lambido pela lenda” (Deslendario, Deslenda Indigna IV), Numa preamar de coxas / penetram todas as quilhas” (Romance das Icamiabas)...⁴⁵

⁴⁰ NUNES, Benedito. In: PAES LOUREIRO, João de Jesus. **Cultura Amazônica: uma poética do imaginário**. São Paulo: Escrituras, 2001. p. 10.

⁴¹ Expressão utilizada por Eric Hobsbawn, compreendendo as duas grandes guerras como uma só.

⁴² NUNES, 2001, p. 10.

⁴³ NUNES, 2001, p. 10.

⁴⁴ NUNES, 2001, p. 11.

⁴⁵ Apud NUNES, 2001, p. 10.

Conclusão

É inegável a contribuição de Euclides da Cunha para a visualização nacional da Amazônia. A seu modo e dentro dos arcabouços teóricos dominantes de seu tempo, Euclides foi um precursor da integração da região ao âmbito das grandes preocupações nacionais e qualquer estudo sério sobre a Amazônia não pode prescindir de sua contribuição. A necessidade de atualização do pensamento de Euclides sobre a Amazônia não implica em seu desmerecimento, mas, por outro lado, em reconhecer sua importância desbravadora, e esse reconhecimento exige seguir além de Euclides. O que Euclides não pôde perceber ou fazer é tarefa para os que ousam um mergulho no

mais íntimo da realidade do mundo amazônico, na alma de seus caboclos ribeirinhos, nos entrelaçamentos entre lendas, mitos, o sobrenatural e a cultura, para o qual são infinitamente necessários mais dias e noites do que o tempo de uma expedição demarcatória. Paes Loureiro sempre viveu e respirou Amazônia. E sua poética não poderia exalar outro odor. Nesse momento tenso de crise ecológica e destruição, torna-se necessário reconhecer a relevância dos dois olhares, e, quem sabe, tantos outros possíveis.

[Recebido em outubro de 2008
e aceito para publicação em maio de 2009]